



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

Apelação n.º 0012310-81.2010.8.17.0990 (0334012-1)

Apelante: Marconi George Gomes Nogueira de Souza

Advogado: João Ferreira de Almeida

Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Procuradora de Justiça: Janeide Oliveira de Lima

Relator: Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Revisor: Desembargador Roberto Ferreira Lins

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 157, §2º, I E II, CP. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. NEGATIVA DA AUTORIA. PROVAS SUFICIENTES PARA EMBASAR A CONDENAÇÃO. DOSIMETRIA. PENA-BASE. REFORMA. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Crime de roubo, em concurso de agentes, com o uso de violência e grave ameaça à vítima. Prisão dos acusados logo após o crime. Reconhecimento fotográfico dos réus pela vítima na data dos fatos. Aplicação da Súmula 75 deste TJPE, sendo válido o depoimento de policiais como meio de prova.

2. Aplicável a redução da pena-base, visto ausência de circunstância judicial de antecedente. Inexiste prova que o apelante tenha condenação criminal transitada em julgado.

3. À unanimidade, dá-se provimento parcial ao apelo.

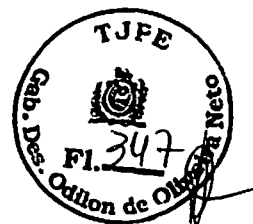
A C O R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Apelação Criminal n.º 0012310-81.2010.8.17.0990 (0334012-1)**, figurando como partes as acima nominadas. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada nesta data de ____/____/____, **por unanimidade, dar provimento parcial ao Recurso de Apelação**, nos termos do relatório, votos e demais peças que integram o julgado.

Recife, 23 de 09 de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator

0334012-1 (3.c)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

Apelação n.º 0012310-81.2010.8.17.0990 (0334012-1)

Apelante: Marconi George Gomes Nogueira de Souza

Advogado: João Ferreira de Almeida

Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Procuradora de Justiça: Janeide Oliveira de Lima

Relator: Desembargador Odilon de Oliveira Neto

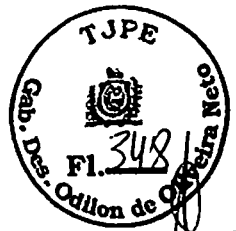
RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação interposto por **Marconi George Gomes Nogueira de Souza** contra sentença prolatada pelo MM. Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de Olinda - PE que, condenando-o pela prática do crime previsto no artigo 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal Brasileiro.

Narra a denúncia (fls. 03/05) que no dia 24 de setembro de 2010, por volta das 11:00 h, nas imediações da Avenida Joaquim Nabuco, Varadouro, Olinda - PE, o apelante, na companhia dos acusados **Antonio Cesar de Oliveira Pereira** e **José Thiago Oliveira de Castro**, em comunhão de desígnios e vontades, utilizando-se de grave ameaça e mediante o uso de arma de fogo, praticaram um assalto à casa lotérica do local, subtraindo a quantia de R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais) de um dos caixas do estabelecimento bancário. Após a ação delituosa, os acusados se evadiram do local, sendo que o acusado **Antonio Cesar de Oliveira Pereira** fora capturado na fuga por policiais militares. O apelante e o acusado foram presos posteriormente ao fato acima narrado.

Procedido o devido processo legal, ouvida as testemunhas e vítima, o MM. Juízo *a quo* procedeu com a r. sentença de fls. 252/258, sendo o apelante condenado a pena definitiva de 06 (seis) anos, 07 (sete) meses e 08 (oito) dias de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto.

Irresignado, o apelante interpôs recurso (fls. 112/117), alegando a inexistência de provas que comprovem a autoria do apelante, bem como a aplicação de pena superior ao que prevê o Código



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Penal. Ao final, requer a reforma da r. sentença para que o mesmo seja absolvido.

O Ministério Público, em suas contrarrazões (fls. 119/123) pugna pela manutenção da r. sentença.

A Procuradoria de Justiça, por meio do parecer de fls. 135/137, **opina pelo desprovimento do recurso.**

Está feito o relatório.

À Douta revisão.

Recife, 18 de AGOSTO de 2014.

Odilon de Oliveira Neto
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
 Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
 Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

Apelação n.º 0012310-81.2010.8.17.0990 (0334012-1)

Apelante: Marconi George Gomes Nogueira de Souza

Advogado: João Ferreira de Almeida

Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Procuradora de Justiça: Janeide Oliveira de Lima

Relator: Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Revisor: Desembargador Roberto Ferreira Lins

VOTO

Trata-se de recurso de apelação interposto por **Marconi George Gomes Nogueira de Souza** contra sentença prolatada pelo MM. Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de Olinda - PE que, condenando-o pela prática do crime previsto no artigo 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal Brasileiro.

Narra a denúncia (fls. 03/05) que no dia 24 de setembro de 2010, por volta das 11:00 h, nas imediações da Avenida Joaquim Nabuco, Varadouro, Olinda - PE, o apelante, na companhia dos acusados **Antonio Cesar de Oliveira Pereira** e **José Thiago Oliveira de Castro**, em comunhão de desígnios e vontades, utilizando-se de grave ameaça e mediante o uso de arma de fogo, praticaram um assalto à casa lotérica do local, subtraindo a quantia de R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais) de um dos caixas do estabelecimento bancário. Após a ação delituosa, os acusados se evadiram do local, sendo que o acusado **Antonio Cesar de Oliveira Pereira** fora capturado na fuga por policiais militares. O apelante e o acusado foram presos posteriormente ao fato acima narrado.

Em que pese não ser objeto dos presentes recursos de apelação, destaco que a materialidade do delito de roubo circunstanciado, está devidamente comprovada pelo auto de apresentação e apreensão de fl. 07/12 e termo de reconhecimento fotográfico à fl. 32; e ficha do DETRAN à fl. 33.

As autorias do crime de roubo, apesar de a defesa ter afirmado que não existem elementos suficientes para embasar a condenação do



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

apelante, restou demonstrada pelas provas colhidas no curso da persecução penal.

Vejamos:

Pelo depoimento da vítima Ivyson Albuquerque Cavalcante, em sede de Inquérito Policial, no dia 24.09.2010, foi possível observar pelas afirmações do depoente que parou um veículo Palio em frente a casa lotérica, **logo após desceram três elementos**. Um adentrou no estabelecimento de arma em punho anunciando o assalto, o outro ficou na porta e o terceiro do lado de fora. Em dado momento, o elemento que estava do lado de fora gritou "rodou Tiago, rodou Tiago", tendo imediatamente o mesmo e o meliante que se encontrava na porta entrado no carro e fugido. O que estava no recinto, fugiu a pé, sendo posteriormente capturado pelos policiais militares.

Consta de suas declarações perante a autoridade judiciária, fls. 205/207, **em sede de Audiência de Instrução realizada cerca de 01 (hum) ano e 07 (sete) meses após a data do fato**, que confirmou o seu depoimento de fls. 10, onde não reconheceu o apelante, mas reconheceu os demais acusados, ou seja, **Antonio Cesar de Oliveira Pereira e José Thiago Oliveira de Castro**.

Quanto ao depoimento do policial militar Fábio Santos e Silva, o mesmo assim se pronunciou às fls. 205/207: "(...) populares informaram que três indivíduos estariam assaltando uma casa lotérica, pelo que o depoente juntamente com outros policiais desembarcaram da viatura indo até a lotérica a fim de surpreendê-los, presenciando um veículo palio de **placa KGW 9047** de cor azul, o qual estava estacionado em frente a casa lotérica, havendo um elemento no interior do veículo (...) com a aproximação policial, **o veículo saiu em disparada e em fuga do local**, enquanto que os dois outros indivíduos saíram a pé correndo (...) conseguindo os policiais deter apenas **Antonio Cesar o qual confessou a sua participação no crime em comento, indicando o nome e endereço dos demais**, conforme relatado as fls. 06; Que os policiais chegaram a ir nos endereços de **Marconi** e Tiago, porem estes não estavam mais nos endereços (...)". (grifei)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
 Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

No interrogatório policial do acusado Antonio Cesar de Oliveira Pereira (fls. 11/12) negou a prática delitiva. No interrogatório judicial (fl. 210), confessou a prática delitiva, e, alega que o apelante não sabia que o mesmo e o outro acusado **José Thiago Oliveira de Castro** pretendiam realizar um assalto. O apelante, em seu interrogatório de fl. 211, confirma tal alegação.

A vítima foi categórica quanto ao reconhecimento fotográfico do apelante em sede policial (fls. 32). Ademais, comprova-se que o veículo usado na fuga pertence a genitora do apelante (fls. 33 e 36), tendo o mesmo confessado que estava na posse deste. Por fim, a vítima em seu depoimento (fls. 205/207) **informa que os três elementos descenderam do veículo para praticar o assalto.**

Cumpré destacar que a palavra da vítima, em delitos como o da espécie, é da maior relevância já que esta, via de regra, não tem interesse em acusar inocentes, e sim apontar o culpado, podendo, portanto, e pode ser utilizada como fundamento para a condenação penal. Nesse sentido:

"... A palavra da vítima prepondera sobre a do acusado se, de forma segura e coerente, incrimina-o, sendo suficiente como prova condenatória, especialmente quando inexistente motivo para aponte falso..." (Apelação 70010836559, Oitava Câmara Criminal do TJRS, Relator: Marco Antônio Ribeiro de Oliveira...). (grifei)

"... Em termos de prova convincente, a palavra da vítima, evidentemente, prepondera sobre a do réu. Esta preponderância resulta do fato de que uma pessoa, sem desvios de personalidade, nunca irá acusar desconhecido da prática de um delito, quando isto não ocorreu. E quem é acusado, em geral, procura fugir da responsabilidade de seu ato. Tratando-se de pessoa idônea, sem qualquer animosidade específica contra o agente, não se poderá imaginar que ela vá mentir em Juízo e acusar um inocente. Foi o que ocorreu no caso em julgamento..." (Apelação 70010848844, Sétima Câmara Criminal do TJRS, Relator: Sylvio Baptista Neto...). (grifei)

Por outro lado, de forma fantasiosa o apelante tenta afastar todas as acusações que lhes pesaram e alega que estava indo a praia com os



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

demais acusados, quando dado momento pararam na casa lotérica para realizar um saque, quando foi surpreendido que os mesmos realizaram um assalto. **Contudo, sem trazer aos autos provas de seus argumentos.**

Em que pese à alegação da defesa de que a vítima não reconheceu o apelante em sede de audiência, há de se observar que as provas devem ser analisadas de forma contextual.

Sobre o tema comungo do entendimento de que se a vítima aponta, com segurança, o réu como autor do roubo, essa prova tem valor a considerar, **mesmo que tal reconhecimento tenha se dado em sede de inquérito policial**, havendo confirmação dos fatos em sede de audiência de instrução. Cumpre observar que não há obrigatoriedade de o réu realizar o reconhecimento dos acusados no momento da audiência, tendo se passado mais de 01 (hum) ano da data do fato, se já o fez em sede de inquérito. Tal fato não seria razoável, **uma vez que a vítima afirma ter reconhecido a fotografia do apelante no dia da ocorrência do delito e, em sede judicial, confirmado que o mesmo havia descido do veículo juntamente com os outros acusados.**

Este meio probatório, cuja validade é inquestionável, reveste-se de aptidão suficiente para legitimar um decreto condenatório, especialmente quando apoiado em outros elementos de convicção. No presente caso, a vítima precedeu ao devido reconhecimento dos recorrentes perante autoridades policiais.

Ademais, cumpre ressaltar que o objeto do crime foi encontrado em local muito próximo aos apelantes, que estavam sozinhos numa rua residencial no momento em que os policiais avistaram os indivíduos em situação suspeita. Ao fazerem a abordagem e vistoria do local, foi encontrado justamente o celular da vítima embaixo de um carro, o qual se encontrava três casas após o local onde os acusados foram abordados.

Assim, o reconhecimento da vítima em sede de inquérito, juntamente com as afirmações dos policiais que realizaram buscas na localidade próxima ao assalto, levando em consideração o reconhecimento fotográfico e os dados do proprietário do veículo junto ao DETRAN.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Cumpre salientar que os depoimentos dos policiais merecem total credibilidade, uma vez que não se vislumbrou a existência de qualquer resquício de suspeita ou má-fé nas declarações prestadas pelos mesmos.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é uníssona no sentido de que o depoimento de policiais é plenamente válido como meio de prova, hábil a embasar a condenação, mormente quando não há nada nos autos que possa retirar a credibilidade dos depoimentos prestados, como é o caso dos autos. A esse respeito, colaciono os seguintes julgados:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS . TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. DEPOIMENTO DOS POLICIAIS. MEIO DE PROVA IDÔNEO. PRECEDENTES. INÉPCIA DA DENÚNCIA NÃO-RECONHECIDA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. DOSIMETRIA DA PENA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. OBSERVÂNCIA DOS CRITÉRIOS LEGAIS QUE REGEM A MATÉRIA. REGIME MAIS RIGOROSO. POSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. Não há falar em ilicitude das provas produzidas, porquanto o **Superior Tribunal de Justiça sedimentou o entendimento de que o depoimento de policiais pode servir de referência ao juiz na verificação da materialidade e autoria delitivas, podendo funcionar como meio probatório válido para fundamentar a condenação**, mormente quando colhido em juízo, com a observância do contraditório. 2. (...). 3. (...). 4. (...). 5. (...). 6. Ordem denegada. (HC. 136:220/MT, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJe 22/03/2010). (grifei)

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS . TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. INDEFERIMENTO DE OITIVA DE TESTEMUNHAS. MATÉRIA NÃO-ANALISADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PROVA COLHIDA NA FASE INQUISITORIAL. RATIFICAÇÃO EM JUÍZO. REGULARIDADE. DEPOIMENTO DE POLICIAIS. MEIO PROBATÓRIO VÁLIDO. REVOLVIMENTO DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA. 1. (...). 2. Não há irregularidade se os depoimentos colhidos no curso do inquérito policial foram



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

ratificados na fase judicial, em respeito aos princípios do contraditório, ampla defesa e devido processo legal 3. O depoimento de policiais pode servir de referência ao juiz na verificação da materialidade e autoria delitivas, podendo funcionar como meio probatório válido para fundamentar a condenação, mormente quando colhido em juízo, com a observância do contraditório, e em harmonia com os demais elementos de prova. 4. (...). 5. Ordem parcialmente conhecida e, nessa extensão, denegada". (HC 110.869/SP, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJe 14/12/2009).

Como se vê, o simples fato de serem agentes policiais não descaracteriza a idoneidade dos testemunhos por eles prestados, ainda mais quando estes são harmônicos e coerentes com as demais provas dos autos, evidenciando a prática de conduta ilícita dos apelantes, tipificada no artigo 157 do Código Penal.

Também, nesse sentido, segue a Súmula 75 deste Egrégio Tribunal, que assim dispõe, in verbis: "É válido o depoimento de policial como meio de prova".

Nesses termos, entendo que as provas são conclusivas, harmônicas e seguras para a condenação.

O recorrente se insurge quanto à inadequação da pena imposta, requerendo sua redução ao mínimo legal. Via de consequência, passo à análise das circunstâncias judiciais do art. 59, do diploma substantivo penal.

Quanto a circunstância judicial referente aos antecedentes, passo a divergir da Magistrada, pois não evidencio nos autos nenhum documento que demonstre que o acusado possui condenação em trânsito em julgado, tão somente ações penais em curso. Sendo assim tal circunstância não deve ser utilizada para exasperar tal pena base. **Por consequência, deve-se tão somente nesta fase considerar a circunstância judicial referente às consequências do delito, como desfavorável ao apelante, visto a quantia roubada não ter sido reavida pela vítima.**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Desta forma, **faz-se necessário a redução da pena-base para 04 (quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão, cumulada ao pagamento de 13 (treze) dias-multa.**

Na segunda fase da fixação da pena, não evidencio circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Na terceira fase, por sua vez, em que são reconhecidas as causas de aumento e diminuição, houve aumento por parte da Magistrada *a quo* no percentual mínimo, qual seja, de 1/3 (um terço), pelo fato de os agentes terem atuado em concurso e pelo uso de arma de fogo, conforme dispõe o art. 157, §2º, incisos I e II, razão pela qual merece reparos à fixação da pena definitiva, **tornando-a em 06 (seis) anos reclusão e ao pagamento de 15 (quinze) dias-multa, a ser cumprida em regime inicial semiaberto.**

Ante o exposto, **em divergência ao parecer da Douta Procuradoria de Justiça, voto pelo provimento parcial do apelo, para reduzir a pena do apelante para 06 (seis) anos reclusão e ao pagamento de 15 (quinze) dias-multa, a ser cumprida em regime inicial semiaberto, mantendo-se a sentença condenatória em seus demais termos.**

Recife, 23 de 09 de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

Apelação Criminal n.º 0334012-1 – 3ª Vara Criminal da Comarca de Olinda-PE

Apelante(s): Marconi George Gomes Nogueira de Souza
Apelado(s): Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Revisor: Desembargador Roberto Ferreira Lins
Procuradora: Dra. Janeide Oliveira de Lima
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

VOTO DE REVISÃO

Cuida-se de Apelação Criminal interposta por Marconi George Gomes Nogueira de Souza contra a sentença prolatada pela MM. Juíza de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Olinda, que o condenou à pena de 12 (doze) anos de reclusão, cumulada ao pagamento de 120 (cento e vinte) dias-multa, a ser cumprida em regime inicial fechado, pela prática do crime previsto no artigo 157, §2º, incisos I e II, do Código Penal, contra uma casa loteria situada na Av. Joaquim Nabuco, na cidade de Olinda.

Em síntese, pugna o apelante pela sua absolvição. Subsidiariamente, requer a redução da pena aplicada.

Pois bem. No que concerne à materialidade do aludido delito, considero estar suficientemente comprovada nos elementos contidos nos autos, notadamente no auto de prisão em flagrante (fl. 07/12) e no boletim de ocorrência (fls. 15/17).

A autoria avulta incontestemente, especialmente nos depoimentos prestados em juízo pelos policiais militares Reynaldo Teles Correia (fl. 191) e Fabio dos Santos e Silva (fl. 206), que efetuaram a prisão em flagrante do corréu Antonio Cesar de Oliveira Pereira, pela testemunha Eduardo de Oliveira Gomes (fl. 205), segurança do estabelecimento vítima do roubo, e pela vítima, Ivyson Albuquerque Cavalcanti (fls. 205/206), que, inclusive, reconheceu os denunciados como sendo os autores de um anterior crime de roubo perpetrado contra a mesma casa lotérica, além de ter realizado o reconhecimento fotográfico do apelante (fl. 32).

Outrossim, a mencionada vítima Ivyson Albuquerque Cavalcanti reconheceu (termo de reconhecimento fotográfico à fl. 32) o apelante Marconi como sendo um dos autores do delito contra a casa lotérica.

Apesar de os corréus Antonio Cesar de Oliveira Pereira e José Thiago Oliveira de Castro sustentarem em juízo que o apelante Marconi não participou da prática delitiva (fls. 210/212), tal versão mostra-se dissociada do acervo probatório, que revela que ele, o apelante, participou ativamente do delito em análise, assumindo o papel de condutor do veículo onde estavam os demais réus e de suporte na área externa do estabelecimento vítima do roubo.

Dessa forma, a autoria e a materialidade restaram indenidas de dúvidas, não havendo motivos para o afastamento da certeza de que o fato denunciado ocorreu da forma narrada na peça acusatória. Entendo, portanto, que as provas contidas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

Apelação Criminal n.º 0334012-1 – 3ª Vara Criminal da Comarca de Olinda-PE

nos autos, conforme exposto pela magistrada a *qua* na sentença, mostram-se suficientes à condenação do apelante Marconi George Gomes Nogueira de Souza, que deve ser mantida.

Superado o pedido de absolvição, passo à análise do pleito de redução da pena corpórea.

Analisando a sentença condenatória, verifico que a magistrada sentenciante fixou a pena-base do réu, ora apelante, em 09 (nove) anos de reclusão, cumulada ao pagamento de 90 (noventa) dias-multa, por entender que militam em seu desfavor as circunstâncias judiciais referentes aos antecedentes, aos motivos e às consequências. A minguada de circunstâncias agravantes e atenuantes, na terceira fase do processo dosimétrico exasperou a pena na fração de 1/3 (um terço), pela incidência das majorantes dos incisos I e II do parágrafo 2º do art. 157 do CP, tornando-a definitiva em 12 (doze) anos de reclusão, acrescida de 120 (cento e vinte) dias-multa.

Entretanto, na primeira fase do processo dosimétrico, entendo que apenas a circunstância judicial referente às **consequências do delito** pode ser tida como desfavorável ao apelante, pois a quantia em dinheiro roubada não foi reavida pelo estabelecimento vítima do delito.

Quanto à circunstância judicial referente aos antecedentes, não encontro nos autos nenhum documento que certifique que o acusado possui condenação com trânsito em julgado, mas, apenas, ações penais ainda em curso. Quanto aos motivos, entendo que eles são próprios do tipo penal, razão pela qual não pode a mencionada circunstância ser utilizada para exasperar a pena nessa fase.

Sendo assim, militando em desfavor do acusado apenas uma circunstância judicial, faz-se mister a redução da sua pena-base para **04 (quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão, cumulada ao pagamento de 13 (treze) dias-multa.**

Ausentes circunstâncias agravantes e atenuantes, na terceira fase do processo dosimétrico, mantenho a exasperação da pena na fração de 1/3 (um terço), ante a incidência das majorantes de emprego de arma de fogo e de concurso de agentes, tornando-a definitiva em **06 (seis) anos de reclusão, cumulada ao pagamento de 15 (quinze) dias-multa, a ser cumprida em regime inicial semiaberto, pela prática do delito previsto no art. 157, §2º, I e II, do Código Penal.**

Ante o exposto, voto no sentido de dar **parcial provimento ao apelo, para reduzir a pena do apelante para 06 (seis) anos de reclusão, cumulada ao pagamento de 15 (quinze) dias-multa, a ser cumprida no regime inicial semiaberto, mantendo-se a sentença condenatória em seus demais termos.**

É como voto.

Des. Roberto Ferreira Lins - Revisor